

INFORMAÇÕES SOBRE O TEXTO

Tipo

Artigo. 2001. 29 pp.

Título:

Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária

Autor:

Antônio Cruz

Resumo:

Análise crítico-comparativa entre os programas de políticas públicas para a economia solidária, do Governo do RS (1999-2002) e da Prefeitura Municipal de São Paulo (2001-2004), incluindo uma reflexão sobre os limites e possibilidades das políticas sociais desse tipo.

Referência original:

CRUZ, Antônio. Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária. Campinas, 2002: arquivo eletrônico. Disponível em <<http://www.ucpel.tche.br/nesic>>.

Contribuição ao debate:

UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Antônio Cruz

Professor Adjunto e Pesquisador
(licenciado) da Universidade Católica de
Pelotas, membro do Núcleo Unitrabalho e
da Incubadora Tecnológica de Cooperativas
Populares.

Doutorando em Economia Aplicada do
Instituto de Economia – Unicamp, membro
da Comissão Executiva da ITCP Unicamp.

Este artigo foi produzido originalmente como
trabalho de conclusão da disciplina
“Economia Solidária”, oferecida pelo PPG
em Economia da FEA-USP, em 2001/II, sob
a responsabilidade do Prof. Dr. Paul Singer.

Campinas, janeiro de 2002.

UMA CONTRIBUIÇÃO CRÍTICA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA*

Antônio Cruz**

Duas experiências em políticas públicas de apoio à economia solidária

O presente trabalho procura enfocar criticamente, de forma essencialmente contributiva, duas experiências de políticas públicas de apoio à economia solidária: a do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em vigor desde 1999, e do Município de São Paulo, cujo projeto encontra-se ainda em sua fase inicial.

Cabe ressaltar que ambas são experiências dirigidas pelo Partido dos Trabalhadores e que outras experiências nessa área vêm se realizando no Brasil. A escolha desses dois governos se justifica pelo impacto sócio-político dos dois conjuntos e por nossa especial familiaridade com ambos. Um conjunto de outras iniciativas institucionais – como a ação de ONG's, sindicatos e universidades – mereceriam igualmente uma análise detida, mas vamos nos abster disso, desta vez, postergando sua análise, se bem que nossas principais vivências são originadas do Programa de Economia Solidária da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho – a Rede Unitrabalho, onde se desenvolve o Programa “Rede de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares”. Por fim, este artigo constitui ainda um esboço de pesquisa e se destina a colher a crítica preliminar de professores e colegas em torno da questão.

* Artigo produzido originalmente como conclusão da disciplina “Economia Solidária”, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis, da Universidade de São Paulo (USP), em 2001/II, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Paul Singer.

** Antônio Cruz é professor adjunto e pesquisador (licenciado) na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, onde é membro do Núcleo Unitrabalho e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Atualmente, cursa o Doutorado em Economia Aplicada no Instituto de Economia da Unicamp, onde também é membro da Comissão Executiva da ITCP da Unicamp. É autor de “A Janela Estilhaçada – a Crise do Discurso do Novo Sindicalismo” (Vozes, 2000).

1. O RIO GRANDE DO SUL

O Programa de Economia Popular e Solidária, dirigido pela Coordenação de Economia Popular e Solidária (Ecopopsol) da Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI) do Estado do Rio Grande do Sul vem operando de fato desde meados do primeiro semestre de 1999. Seus resultados são expressivos: mais de 120 cooperativas foram criadas e desenvolvidas nesse período, orientadas por princípios autogestionários e estruturadas nos mais diversos ramos da produção e dos serviços. Em número de unidades e em número de trabalhadores, o grosso dessa construção encontra-se na região metropolitana de Porto Alegre, que agrega o “Vale dos Sinos”, tradicional região de indústria de calçados. Porém, tais progressos não se restringem a essa região: distribui-se de forma bastante descentralizada e diversificada por todo o Estado, incorporando cooperativas de pequenos produtores e agricultores, de assentados do MST, cooperativas urbanas de serviços e de produção, redes de pequenos proprietários de comércio e serviços, e cooperativas oriundas de antigas indústrias que faliram e cujo espólio foi assumido pelos antigos funcionários.

Os sub-programas da Ecopopsol foram estruturados a partir de um conjunto de seminários de diagnóstico da economia gaúcha, realizados pela SEDAÍ no primeiro semestre de 1999. Os seminários definiram prioridades e formas de integração entre os vários programas, que foram sendo modificados à medida que seus primeiros resultados eram avaliados e de acordo com a destinação orçamentária da Secretaria.

O primeiro grande passo para sua estruturação, foi um convênio firmado entre a Ecopopsol/SEDAI e a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). O convênio SEDAÍ-ANTEAG foi criticado por muitos setores aliados do governo, que trabalhavam na área da economia solidária – ONG’s, CUT, Cáritas – em virtude da exclusividade da contratação, realizada sem consulta e sem aproveitar o acúmulo militante de um número expressivo de entidades ligadas à economia solidária.

Os resultados do convênio, ainda assim, foram bastante positivos. A partir do convênio, a Anteag estruturou um amplo plano de ação, que combinava estruturas próprias e governamentais, e parceiros sociais. Foram contratados, já de início, 22 monitores regionais, distribuídos nos 22 “COREDE’s” (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) que têm funcionamento importante e constituem praticamente subdivisões administrativas do governo do Estado. A missão dos monitores era atender a demanda social organizada que procurava os órgãos públicos estaduais das diversas secretarias – coordenadorias regionais da Agricultura, do Trabalho, do Desenvolvimento etc. – e que buscavam fundamentalmente apoio a iniciativas cujo objetivo era superar o desemprego de forma autônoma e coletiva, sem depender do mercado formal de trabalho.

A ação dos monitores da Anteag – que embora originados da SEDAI acabaram locados fisicamente nas agências do Sine-STCAS¹ – deram resultados rapidamente. As demandas diferenciadas que acorriam aos coordenadores das agências do Sine eram repassadas aos monitores da Anteag, que entravam diretamente em contato com os grupos, procurando organizá-los, discutindo a idéia das cooperativas autogestionárias, suas possibilidades e limites, e avaliando as potencialidades de cada grupo. Ao contrário de outras regiões do Brasil, os termos “cooperativa” e “cooperativismo”, no Rio Grande do Sul, além de razoavelmente conhecidos, contam com uma significação positiva, simpática, ligada a sucesso que resulta de união.

Entretanto, à medida que cresciam as demandas, tornava-se cada vez mais difícil aos monitores responderem concretamente a elas. Avolumavam-se as solicitações de auxílio, de assessoria, de formação, de consultoria etc.

A resposta da Anteag e da Ecopopsol compreendeu algumas iniciativas:

- a) em junho de 2000, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas (Intcoop-UCPel) foi contratada em caráter de projeto-piloto que buscava experimentar uma parceria universidade-

¹ Sistema Nacional de Empregos – programa guarda-chuva do Ministério do Trabalho, que procura estruturar e articular vários programas de combate ao desemprego e que é administrado nos Estados pelas secretarias estaduais; no caso do Rio Grande do Sul, pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS).

Governo-comunidades. No caso específico de Pelotas e região, em que a demanda era maior que a capacidade de atendimento, as iniciativas a serem incubadas seriam selecionadas por um Comitê de Projeto formado por representantes da Intecoop, da Anteag e da Sedai. A idéia era – a partir desta “pilotagem” – estender este tipo de convênio a outras universidades regionais, que, estruturando suas incubadoras, atendessem tecnicamente as demandas estruturadas pela ação da Anteag-Ecopopsol.

- b) Por esta época, também, a Anteag iniciou uma série de cursos para multiplicadores de iniciativas de economia solidária, realizados em Porto Alegre, contando com o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- c) Em meados de 2000, a Anteag ampliou sua estrutura, duplicando o número de técnicos atuando nas regionais.
- d) No ano seguinte, ainda, a Anteag ampliou sua estrutura central em Porto Alegre, contratando uma equipe grande e qualificada de técnicos que pretendia multiplicar os formadores/capacitadores através de um audacioso programa de formação. Esta ação, na verdade, visava amplificar ainda mais a ação da equipe que operava em Porto Alegre desde o ano anterior.

As ações e demandas, mais uma vez, se multiplicaram. No início de 2001 o Programa de Economia Solidária foi definido como uma das prioridades da SEDAI, passando a ser coordenada pelo Secretário Adjunto da Secretaria, e começou a ser citada recorrentemente nos discursos do Governador do Estado. Na edição do Orçamento Participativo de 2001, que definiu o orçamento para 2002, e da qual participaram cerca de 300 mil pessoas em todo Estado, a Economia Solidária foi considerada a segunda prioridade de investimento, vencendo a agricultura (1ª no ano anterior) e perdendo apenas para a educação. A formação da Central de Cooperativas Populares, ainda em 2000, paralela à OCERGS², com 134 iniciativas presentes, nos dá também um sinal das mudanças.

² Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, filiada ao sistema oficial OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.

No final de 2001, porém, e por fim, ante a pressão das entidades “excluídas” da política da SEDAI e da desestabilização governamental produzida “CPI do Jogo do Bicho” na Assembléia Legislativa do RS, o convênio SEDAI-ANTEAG foi cancelado, com o conseqüente desmonte da estrutura construída pela Anteag, o que significou a demissão de dezenas de técnicos e monitores³. Decidiu-se por recompor o programa, com a participação de um grupo plural de entidades, o quê, entretanto, levou a uma paralisação completa do programa, já que as dificuldades de articulação de conceitos, métodos e formas de ação diferentes precisam ser ainda resolvidas.

Além disso, a idéia de estender o convênio da Anteag com a UCPel para outras universidades regionais não vingou. Houve uma reunião em Pelotas em setembro de 2000 com esse objetivo, mas a idéia não foi levada adiante. A experiência com a Intcoop-UCPel continuou isolada e seus resultados ainda estão por ser avaliados.

Da mesma forma, não há dados ainda mais concretos sobre o conjunto da experiência. A rigor, seria necessário um investimento da SEDAI num projeto de avaliação de política pública que permitisse quantificar e analisar qualitativa e criticamente os resultados obtidos pelo programa até aqui. Sobretudo no que isto significou em matéria de geração de emprego e renda, de desenvolvimento para a economia gaúcha e de avanços na consciência política dos trabalhadores (este era um objetivo igualmente manifesto e prioritário do programa).

2. O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

O Programa Oportunidade Solidária, da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), foi iniciado já em 2001, primeiro ano da segunda administração petista na cidade.

Ele se insere num conjunto integrado de políticas de redistribuição de renda e de qualificação profissional destinados a diferentes faixas etárias – que caracterizam

³ Uma boa parte destes agentes foi recontratada pelo novo projeto da Sedai, coordenado pela ITCP UFRJ.

diferentes formas de desocupação. Enquanto os programas de “renda mínima” e “bolsa trabalho” se destinam elevar o grau de escolaridade da população mais pobre e mais jovem e ao mesmo tempo evitar o ingresso prematuro desses contingentes no mercado de trabalho, os programas de “capacitação ocupacional”, “começar de novo” e “ação coletiva de trabalho” buscam qualificar os trabalhadores desempregados e em situação de trabalho precário, procurando ampliar suas possibilidades de ingresso / reingresso no mercado de trabalho.

“Oportunidade solidária” e “São Paulo Confia” (“banco do povo”) são programas que visam sustentar iniciativas de empreendimentos originados pela ação dos demais programas, sejam eles na forma de micro ou pequenas empresas/iniciativas ou ainda de cooperativas populares.

Ao contrário da SEDAI-RS, a SDTS-MSP optou por compor um programa estruturado a partir de um comitê plural que envolve entidades empresariais, sindicatos de trabalhadores, ong’s, todos os níveis de governo e instituições universitárias e de pesquisa, compondo um leque bastante heterogêneo em termos de princípios, metodologias e formas de ação.

O essencial do programa consiste na massificação de cursos de capacitação para gestão cooperativa e de qualificação profissional, que são ofertados aos usuários dos demais programas e executados por entidades com experiência neste tipo de ação – Anteag, SESCOOP⁴, Incubadora da USP, Cáritas Arquidiocesana, ADS-CUT⁵ e várias outras. Uma vez consolidado o interesse de treinandos em formar iniciativas de economia solidária, os grupos são encaminhados ao Programa São Paulo Confia, cuja análise de viabilidade econômica e assistência técnica poderá garantir o crédito necessário ao início do empreendimento.

O programa foi iniciado em meados do segundo semestre de 2001 e conta com poucos meses de ação. A participação nos cursos tem sido massiva e já há um grande número de iniciativas de cooperativas em andamento. Entretanto, uma avaliação concreta do programa ainda não é possível.

⁴ O Serviço Social das Cooperativas (Sescoop) é o correspondente do “Sistema S” (Senai, Senac, Senar, Sebrae) das cooperativas. É vinculado formal e factualmente à OCB.

⁵ Agência de Desenvolvimento Solidário – ong fundada, mantida e dirigida pela Central Única dos Trabalhadores.

Nossas observações, portanto, nesse caso, deverão se restringir à proposta de projeto em execução.

Estado e economia solidária

Avaliar políticas públicas constitui sempre um risco. No nosso caso, os problemas são evidentemente maiores, porém menos “responsáveis”: nosso texto não é uma “avaliação institucional”, mas apenas um esboço de análise, um “colocar as idéias no lugar”. Trata-se, apenas, de um *esboço de ensaio crítico*.

Começaremos pela análise da relação entre Estado e economia solidária.

Estamos considerando aqui como “economia solidária”⁶ toda iniciativa econômica que incorpora trabalhadores(as) associados(as) em torno dos seguintes objetivos/características: (1) caráter coletivo das experiências (não são portanto, formas de produção e consumo individuais, típicas da “economia informal” em seu sentido estrito), (2) generalização de relações de trabalho não assalariadas, (3) exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.), e (4) “inserção cidadã” das iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com as outras iniciativas de economia solidária, denúncia de mecanismos antiéticos de mercado etc.

Assim ficam de fora, de antemão, determinados tipos de cooperativas que poderiam ser confundidas com “iniciativas de economia solidária”, mas que não se reivindicam como tal e nem são assim consideradas, nem pelos estudiosos, nem pelos atores sociais: (a) as cooperativas tradicionais, com ampla utilização do trabalho assalariado e (b) as cooperativas de fachada, formações empresariais oriundas, de modo geral, do esforço de terceirização de empresas “tradicionais”⁷ ou

⁶ O debate sobre o caráter social, político e econômico da economia solidária está apenas iniciando. Optamos aqui por uma concepção unilateral do fenômeno, sem enfrentar de fato a discussão, já que não é o nosso objetivo principal.

⁷ Utilizaremos a denominação de “empresas tradicionais” em distinção às da economia solidária, ou seja, aquelas em que prevalecem as formas de relação assalariadas, individuais ou patriarcais de trabalho.

gestores públicos, cujo objetivo é driblar a legislação – cada vez mais escassa – que protege os direitos dos trabalhadores em relação ao capital.

Porém, a economia solidária não é apenas um fenômeno econômico resultante das condições e tendências históricas do mercado de trabalho brasileiro. Ela também é resultado do acúmulo do movimento popular dos anos 70 e 80. Basta recolher as histórias de vida de suas lideranças e agentes principais: antigos líderes comunitários ou sindicais, gente ligada a partidos de esquerda, ou à Igreja progressista; iniciativas articuladas pelo MST – tanto no campo quanto na periferia das grandes cidades etc. Enfim, a economia solidária é ao mesmo tempo um fenômeno econômico e um movimento social.

Cria-se aí uma imbricação complexa entre aqueles que participam das iniciativas e outros agentes, às vezes tão importantes quanto estes, que são as pessoas que dão suporte efetivo à sua sustentação e crescimento. Redes de solidariedade pessoal e política que remontam tempos anteriores ou que foram recém constituídas; interesses extra-econômicos relativos à inserção política dos trabalhadores das iniciativas econômicas; avaliações de eficácia instrumental – por governos/contratantes e lideranças – de agências de apoio e formação etc. etc. Enfim, políticas de apoio à economia solidária não são políticas públicas em seu sentido estrito, envolvendo o atendimento a indivíduos e ponto. De alguma forma, equivalem, por exemplo, à política do Ministério do Trabalho em relação aos sindicatos, ou como políticas de exportação voltadas para certos segmentos industriais cujo resultado é a geração de empregos e elevação da renda. Isto é: um misto de política econômica e de política social.

Neste sentido, a presença do Estado pode ser um fator potencializador destas formas de ação. Assim como nos Orçamentos Participativos, trata-se aqui de uma simbiose entre movimento social e governo democratizante. A estrutura do Estado potencializa a ação dos movimentos e vice-versa. Não há contradição.

Mas não há contradição desde que uma esfera não se subordine à outra. A dependência das iniciativas de economia solidária em relação ao Estado pode institucionalizar as empresas, tornando-as ao mesmo tempo um peso para o Estado e uma bomba relógio para as iniciativas. A idéia de substituir firmas “terceirizadas”

em serviços prestados a governos (prefeituras, secretarias, hospitais públicos – por exemplo), por cooperativas, sem uma concorrência regulada de forma igual, tende a criar um ambiente artificial e uma dependência prejudicial às iniciativas solidárias. Por outro lado, garantir condições especiais para a estruturação das iniciativas corresponde a uma política compensatória positiva, já que a condição de acesso ao mercado por essas empresas é notoriamente inferior àquelas que já nascem de um capital previamente acumulado.

Além disso, o tratamento dado às agências de apoio e fomento pode facilmente criar um ambiente de disputa política prejudicial às empresas solidárias.

Para todas as observações, as duas experiências em foco propiciaram exemplos diferentes.

No RS, não houve qualquer incorporação de trabalho das cooperativas a órgãos e serviços públicos. Em São Paulo, um debate iniciado no “Fórum de Economia Solidária”⁸ sobre a contratação de cooperativas de catadores para a coleta seletiva do lixo, abriu a possibilidade de que o poder público acabasse abrigando “paternalmente” as iniciativas,⁹ o que acabou sendo descartado – pelo menos a princípio.

Em relação à contratação das agências de apoio, as experiências gaúcha e paulistana diferiram. No primeiro caso, a contratação de um único executor para o programa gerou desgaste político do governo com os aliados que lidam com a área, além de dificultar a construção de uma estrutura de ação suficiente para dar conta de uma demanda em crescimento, embora tenha resultado num programa mais homogêneo. Em São Paulo, a heterogeneidade das agências pode produzir disparidades importantes na execução do programa, embora sua massificação seja facilitada por um arco mais poderoso de estruturas de ação, e ao mesmo tempo procura apontar para uma unificação dos princípios e formas de ação das várias agências.

⁸ O Fórum reúne um leque amplo, plural e heterogêneo de iniciativas de economia solidária e de agências de apoio e fomento e tornou-se o centro político do programa da Prefeitura.

⁹ O mesmo ocorre, com mais nitidez ainda, na ação da Prefeitura Municipal de Campinas, que não está em foco neste trabalho.

Duas visões sobre um mesmo problema

Os objetivos dos programas coincidem no geral e diferem no particular.

No RS, a SEDAI espera que a economia solidária, além de combater o desemprego, torne-se uma alternativa real de desenvolvimento econômico. Em São Paulo, a SDTS espera que a economia solidária, ao dar um tratamento mais adequado ao problema do desemprego, contribua para o desenvolvimento.

O “Programa de Economia Popular e Solidária” (RS) pretende criar uma nova cultura – autogestionária – entre os trabalhadores; o “Programa Oportunidade Solidária” (Pref. SP) busca “a difusão da capacitação empreendedora e de apoio técnico na constituição de planos de negócios”¹⁰.

Destas nuances em relação aos objetivos, transparecem as diferentes análises que os dirigentes dessas secretarias têm a respeito das potencialidades da economia solidária e da ação política da esquerda nesse âmbito, na conjuntura atual. Aliás, mais claramente, denotam perspectivas diferentes em relação ao papel do Estado e de suas políticas econômicas na conjuntura específica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Não nos deteremos aqui sobre esta questão. Até porque este tema, é claro, não está tratado nos documentos oficiais das secretarias, e precisaríamos recorrer à análise de discurso para sustentar nossa afirmação. Nos contentaremos apenas, então, em apontar a existência das diferenças, *em hipótese*.

Mas, enfim, a importância dessa afirmação tem a ver com o formato dos programas em execução. Explicaremos.

O fato do programa de economia solidária, no Rio Grande do Sul, estar locado na Secretaria de Desenvolvimento, e não na Secretaria do Trabalho, não é mero acaso. A ação da Secretaria do Trabalho, no RS, ficou restrita às políticas compensatórias, fundamentalmente à administração dos programas estaduais correspondentes do Ministério do Trabalho. À SEDAI, ao contrário, coube um papel

¹⁰ Conforme caderno “Oportunidade Solidária”, material de divulgação publicitária do programa da SDTS-PMSP.

central de enfrentamento do modelo de desenvolvimento econômico do Estado, desde sempre anunciado pelo projeto do PT gaúcho. Nele, as políticas voltadas ao apoio à pequena e média empresa e propriedade rural tiveram sempre prioridade, acabando por serem substituídas em função do caráter político-pedagógico privilegiado da economia solidária, na visão dos dirigentes partidários e governamentais. Em outras palavras, o governo do RS parece priorizar a qualidade do resultado de seu programa ao invés da quantidade.

O programa de economia solidária, na Prefeitura de São Paulo, ao contrário, busca fundir uma política de combate ao desemprego com uma política de desenvolvimento econômico ancorada na ação alavancadora do Estado. A economia solidária é um componente, apenas, dessa ação, cujo sentido fundamental é re-inserir no mercado um contingente populacional dele excluído, ampliando a base de consumo da economia formal, alavancando o crescimento econômico e fazendo girar com mais força – e menos desigualdade – a roda da economia.

Trocando em miúdos: enquanto um governo quer reformar a política do Estado em favor de uma transformação qualitativa das relações econômicas, o outro governo quer reformar a política do Estado em favor da potencialização de sua eficácia na administração de políticas distributivas. Para uns, a economia solidária é uma estratégia de transformação; para outros, uma política emergencial em meio a uma situação econômica conjunturalmente desfavorável.

O resultado, por conseguinte, é que enquanto um programa aposta na organização político-econômica das iniciativas, o outro aposta na capacitação técnica-operativa dos trabalhadores.

Duas estratégias incompletas

A construção desses objetivos diferentes redundando essencialmente, como dissemos mais acima, da interpretação que os dirigentes fazem a respeito da

sociedade e da economia brasileira atual – tema que, como já dissemos, vamos nos abster de tratar aqui.

Mesmo assim, continuamos afirmando que, no geral, os objetivos dos programas coincidem, qual seja: oferecer formas de eficácia econômica às iniciativas de economia solidária. E nos parece que este é o calcanhar de Aquiles de ambos.

Ocorre que o público alvo dos programas é composto pelo extrato populacional mais frágil sob todos os pontos de vista: são os deserdados do capital, do conhecimento e do poder. São pessoas que precisam resolver o problema da sua alimentação no dia seguinte, sempre. Que têm muito pouca familiaridade com lápis e papel, que dirá com textos e livros. E cuja capacidade de aprendizagem está diretamente ligada à experiência prática imediata dos conhecimentos adquiridos. Mas ainda não é só: sua cultura é a cultura da subordinação, do clientelismo, do assalariamento, da desproteção, do individualismo. Não é a cultura da coletividade, da solidariedade. Por fim: as condições de alienação em que se produz e reproduz seu cotidiano, está longe de permitir-lhe a compreensão dos adversários externos que terá de enfrentar: a concorrência selvagem do mercado, a perseguição das instituições controladas e/ou condicionadas pelo grande capital, a ausência de apoios institucionais eficazes etc. etc.

Vale aqui a máxima construída pela experiência das incubadoras que diz haver dois pilares fundamentais da construção de iniciativas de economia solidária: viabilidade econômica e solidariedade interna. A primeira é construída a partir de condições concretas: viabilidade de mercado, conhecimento técnico profissional adequado em produção, gestão e comercialização, acesso a crédito etc. A segunda é resultado de uma complexa construção subjetiva, que envolve confiança mútua, emulação permanente, espírito comunitário, construção coletiva de planos futuros, repartição dos sonhos etc.

Tomemos como exemplo as políticas de infra-estrutura da agricultura e dos assentamentos de reforma agrária. Consideremos quatro situações distintas:

- a) o governo desapropria terras e as entrega aos trabalhadores rurais, pura e simplesmente;

- b) o governo desapropria terras, garante o crédito necessário ao investimento e financia cursos de qualificação no período inicial de assentamento, abandonando os agricultores à própria sorte, após;
- c) o governo desapropria terras, garante o crédito e, em seqüência, um serviço de extensão rural capaz de acompanhar tecnicamente os empreendimentos por um longo tempo até que os agricultores possam tocar sozinhos seus negócios;
- d) para além de tudo previsto na letra “c”, o governo propicia, aos agricultores, formas coletivas de organização, que potencializem a escala de sua produção e sua competitividade no mercado.

Claro está que em cada uma dessas situações, a chance de sobrevivência do empreendimento agrícola é totalmente diferente. E tudo isto vale para as iniciativas de economia solidária, tomadas (cada uma) na comparação com uma unidade produtiva de uma família de agricultores. Em outras palavras:

1º) organizar os trabalhadores, social e politicamente para a economia solidária, sem lhes oferecer os recursos materiais e técnicos necessários aos seus empreendimentos, é como lhes oferecer um quinhão de terra e mais nada;

2º) da mesma forma, oferecer conhecimento técnico e crédito sem um acompanhamento permanente das iniciativas, capaz de dar concretude àquilo que os trabalhadores “aprenderam” nos cursos, significa abandona-los à própria sorte, tão logo recebam suas ferramentas, sobre as quais mal foram informados sobre suas possibilidades de uso;

3º) oferecer a esses trabalhadores instrumentos técnicos, sem revolucioná-los culturalmente, no sentido da solidariedade, significa apenas mostrar-lhes possibilidades intangíveis para suas condições concretas;

4º) ajudar a constituir iniciativas sem alertá-las da necessidade de se organizarem politicamente para os enfrentamentos a que estarão sujeitas, é permitir que o peso da institucionalidade e do mercado atuais possam cair sobre elas sem

qualquer impeditivo, sem qualquer anteparo que lhes permita resistir ao moinho satânico da “livre economia”.

Outra vez, trocando em miúdos.

O programa gaúcho, no nosso entender, não foi capaz, nesses anos, de oferecer condições técnicas adequadas para o crescimento das iniciativas apoiadas. O trabalho de articulação e organização dos grupos, feitos a partir de demandas organizadas nas próprias comunidades, e potencializados pela ação política dos monitores da Anteag, permitiu a formação de laços concretos de solidariedade entre os trabalhadores das iniciativas. Foi esta ação que levou à sua auto-organização, inclusive, na busca de uma central de cooperativas populares. Entretanto, sua ação formativa foi tardia e insuficiente, e neste momento enfrenta gravíssimos problemas em meio à transição de um formato a outro.

O programa paulistano, por outro lado, padece de fragilidades tão ou mais perceptíveis. Em primeiro lugar, suas iniciativas não nascem de grupos constituídos a partir de identidades subjetivas, de solidariedade previamente construída. São apenas agrupamentos de pessoas atendidas pelos demais programas e que, perseguindo o objetivo comum de escapar do desemprego, encontram-se sob um mesmo teto, numa sala de curso. Em segundo lugar, ainda que esses agrupamentos obtenham coesão suficiente para o estabelecimento de uma iniciativa, a abstração da sala de aula, quando colocada em funcionamento prático – por mais preciso que tenha sido a utilização dos métodos da educação popular e de jovens e adultos –, necessita de ajustes, de correções, de ações concretas a partir de conhecimento técnico com mais acúmulo e mais experiência.

O programa gaúcho parece ser eficaz na política e insuficiente na técnica. O programa paulistano, infelizmente, parece insuficiente em ambos.

Elementos para uma estratégia eficaz de política pública em economia solidária

Infelizmente, uma discussão como a proposta pelo título desta seção não deveria ser objeto de umas poucas páginas de um “esboço de artigo”. Menos ainda, sem realizarmos a estratégica discussão sobre os limites e as possibilidades da economia solidária na conjuntura atual. Ainda assim, não poderíamos nos furtar de pontuar alguns elementos que permitam uma reflexão mais precisa do tema, que permitam explicitar hipóteses, e assim permitam ao leitor do texto uma posição crítica em relação às nossas observações.

Em primeiro lugar, queremos reafirmar os elementos que – nas condições atuais – são *sine qua non* para a consolidação de iniciativas de economia solidária, a saber: viabilidade econômica e solidariedade interna.

Políticas públicas nessa área, portanto, devem potencializar esses elementos no interior das iniciativas. Antes de mais, portanto, independente da avaliação que se faça do papel da economia solidária, deve-se considerar que suas condições de sucesso são tão improváveis (dado o ambiente hostil do mercado) que, ou o seu programa se constitui num complexo de subprogramas que levam água ao seu moinho, ou ele está fadado a um mero ensaio de política de apoio.

É preciso dar um tratamento adequado, então, aos elementos que compõe a estratégia de ação. Também é sempre bom lembrar que os recursos públicos não são infinitos, e portanto não é possível imaginar formas de ação ancoradas em gastos públicos cujo recurso não existe e nem existirá.

Então, partiremos de um conjunto de observações que buscam articular, na medida do possível, os “acertos” presumidos em ambos os programas, procurando reduzir as “margens de erro” (igualmente presumidas, é claro).

1. OS OBJETIVOS PERSEGUIDOS

Certamente, quaisquer que sejam os objetivos estratégicos e/ou de longo prazo, de uma política pública para a economia solidária, a sobrevivência das iniciativas coloca-se como prioridade número 1.

Se tomarmos os pilares já sugeridos de construção de iniciativas (a saber: viabilidade econômica e solidariedade interna) parece claro que todo o programa deverá ser orientado a partir destes pilares e dos princípios da economia solidária (recordando: ação coletiva, abolição do assalariamento, autogestão e inserção cidadã).

Além disso, é sempre preciso não perder de vista a tipologia do público a que se destina a política pública e garantir um processo de avaliação permanente por todos os atores envolvidos: grupos das iniciativas (público alvo), agentes governamentais, movimentos sociais, agentes executores. A experiência do Fórum de Economia Solidária, incorporada pelo Comitê de Gestão da SDTS de São Paulo, é um ótimo exemplo disso.

Finalmente, o objetivo do programa deve ser, parece então, a capacitação técnica adequada ao conjunto dos trabalhadores cooperados para o exercício profissional e da gestão coletiva dos empreendimentos.

2. UM MÉTODO ADEQUADO

O método de treinamento de trabalhadores desempregados e desescolarizados a partir de cursos constituídos especialmente para esse fim não parece, de fato, o mais adequado. Tal afirmação parte das experiências das incubadoras tecnológicas ou universitárias de cooperativas populares (ITCP's), bem como do acúmulo de discussões de avaliação dos programas de formação profissional que são executados a partir do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor) do Ministério do Trabalho e Emprego e do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Ainda que os cursos sejam operados a partir de metodologias de educação popular de jovens e de adultos (o que, aliás, nem sempre é o caso), a separação tradicional da escola entre teoria e prática é ineficaz neste ambiente. Os níveis de

capacidade de abstração são muito heterogêneos e ainda que a metodologia aplicada possa construir relações coletivas de construção do conhecimento, à medida que os trabalhadores enfrentam problemas concretos sua tendência é repetir mecanicamente os ensinamentos, uma vez que – por conta de sua baixa escolarização – tendem a absorver as técnicas de procedimento, ao invés dos conceitos que as instrumentalizam.

A existência de uma remuneração compensatória durante o curso¹¹, sem dúvida, ajuda a reduzir minimamente a evasão, mas pode também se constituir em fator de desagregação se um grupo significativo de alunos passar a freqüentar as aulas apenas em função da bolsa.

Por isto, o acompanhamento continuado das experiências é essencial para que o *modus operandi* da economia solidária – tanto da produção econômica, quanto da autogestão – sejam incorporados pelos trabalhadores.

Justamente por isto, o modelo dos programas deveria estar mais próximo daquele das incubadoras de empresas, que dos cursos de qualificação profissional. Em outras palavras, é necessário construir incubadoras de cooperativas e não programas de formação. A incubadora é o próprio programa de formação, diferenciado e adequado para esse caso. Poder-se-ia questionar se isto não tornaria inviável financeiramente o programa, mas procuraremos demonstrar, logo abaixo, que não apenas não oneraria os cofres públicos, mas garantiria uma eficácia muito superior ao programa, mesmo para uma política de massificação de sua execução.

A incubação das cooperativas, deste modo, deveria ser tecnicamente separada do processo de organização da demanda, uma vez que constituem etapas distantes (se bem que não estanques) do processo.

Tanto no caso do Rio Grande do Sul como da Prefeitura de São Paulo, os métodos dos programas trabalham com uma unidade entre “construção da demanda” e “atendimento da demanda”. Não vemos nenhum problema nisso, desde que as entidades envolvidas no processo tenham uma clara percepção do que isso

¹¹ No caso dos programas da SDTS-SP, todos os programas de formação garantem bolsas em dinheiro (de valores um pouco superiores ao salário mínimo) aos participantes.

representa e estejam devidamente preparadas e experimentadas para ambos os tipos de procedimentos. Em outras palavras, algumas experiências têm sido temerosas quando entidades sindicais se encarregam, por exemplo, de estruturar programas de educação profissional, ou mesmo universidades se arrogam o dever de organizar comunidades politicamente...

Por outro lado, o encaminhamento de trabalhadores que buscam outros programas compensatórios do Estado para programas de economia solidária, pode ser positivo desde que se compreenda (e se explique) que a demanda deve ser apresentada coletivamente – como grupo – e não individualmente.

3. A DEMANDA A SER ATENDIDA E SUA “CONSTRUÇÃO”

A economia solidária, como já afirmamos, exige um alto grau de coesão interna nas iniciativas, o que demanda uma longa e paciente construção da unidade intersubjetiva de seus partícipes. Se eles compartilham (compartilharam) o mesmo ambiente de trabalho, meses e anos a fio (como no caso das empresas atendidas pela Anteag), ou se são vizinhos e compartilham os mesmos problemas em relação ao atendimento dos serviços públicos e se organizam em torno dessas lutas, ou mesmo se constituem uma célula religiosa comum, há uma construção prévia dessa relação intersubjetiva que pode (pode!) garantir a solidariedade interna necessária à consecução da demanda. Parece claro, entretanto, que o que solidifica as relações é a construção concreta de um objetivo unitário, que se materializa na relação recíproca: um trabalho, uma ação coletiva, um mutirão etc. A sala de aula poder ser esse espaço, mas certamente não é o mais privilegiado: de alguma forma ela representa um espaço social abstraído das demais relações cotidianas, sobretudo para o público alvo das políticas públicas de economia solidária.

Neste caso, não há uma distinção entre “construção” e “atendimento” da demanda. É o método adotado até aqui pela Prefeitura de São Paulo. Ou seja: a existência de um espaço de “preparação para o trabalho” já significa a formação de uma expectativa do demandante em relação ao seu atendente: “depois do curso, poderei (ou não) me empregar”.

O trabalho da Anteag no Rio Grande do Sul era fundamentalmente distinto. Ao receber demandas, os monitores tratavam de construir um processo de familiarização entre os grupos demandantes e a idéia da economia solidária, avaliando as reais possibilidades do grupo em torno de sua auto-organização: coesão interna, existência de lideranças ativas, espaço democrático de discussão etc. Havia uma intervenção que insistia na relação entre benefícios e riscos de um empreendimento, buscando preparar os grupos para as vicissitudes do processo.

Esse processo de “construção da demanda”, portanto, se bem articulado, é – antes de qualquer coisa – um fruto da auto-organização das comunidades e dos trabalhadores. Ele é mais demorado, mas não menos massivo; corre-se o risco de ter uma demanda manipulada por interesses políticos de lideranças comunitárias, mas reforça-se por outro lado o papel das entidades já organizadas, tensionando a relação entre comunidade e dirigentes corruptos e reforçando a unidade entre representantes efetivos; por fim, permite-se a ação concreta das agências governamentais e não-governamentais em torno de sua relação com as comunidades. Daí a demanda passa a ser uma canalização das organizações populares, ao invés de uma construção *ex-ante* do poder público em relação às comunidades.

Objetivamente, estamos falando em impulsionar a apresentação de demandas a partir das organizações sociais, e não a partir da simples apresentação individual, como acontece por exemplo, nos programas do Ministério do Trabalho/FAT.

Além disso, é essencial – repetimos sempre! – que as iniciativas tenham condições de viabilizar-se economicamente. Isto significa a necessidade de uma consecução técnica em relação aos grupos formados. Isto é: a partir da identificação de potencialidades subjetivas nos grupos a serem atendidos, é necessário avaliar as potencialidades econômicas do grupo em função das possibilidades de empreendimento: facilidades de acesso ao mercado, capacitação/experiência profissional anterior por parte de seus componentes, viabilidade de realização do produto etc. etc.

É neste momento que se inicia a transição do trabalho político de “construção da demanda” para o trabalho técnico de “incubação do empreendimento”.

4. AS AGÊNCIAS EXECUTORAS

Se não é viável ao poder público a contratação de um corpo numeroso de servidores públicos para o atendimento do programa¹², é essencial que as agências executoras tenham as condições técnicas e políticas necessárias para o desenvolvimento do processo de incubação. Isto significa que estas agências devem possuir um corpo técnico que:

- a. esteja comprometido com os princípios da economia solidária;
- b. possua a diversificação técnica necessária para capacitar os cooperados aos *fundamentos* nas áreas de conhecimento necessárias para o funcionamento de iniciativas de economia solidária: gestão democrática e participativa; dinâmicas de grupo fundadas na solidariedade; direito do trabalho, comercial e civil; administração e engenharia de produção; contabilidade; fluxo de comunicação interna; propaganda e marketing; conhecimentos especializados no ramo específico de trabalho da iniciativa; formação política; elevação da escolaridade formal; aperfeiçoamento tecnológico do empreendimento.

É claro que este conjunto de conhecimentos oferece níveis distintos de aprofundamento. Chamamos atenção para o termo “fundamentos”. O que queremos dizer é que qualquer empresário tem noção de que o sucesso do seu empreendimento depende do domínio que ele e seu corpo técnico tiverem sobre esses conhecimentos. Numa cooperativa popular é necessário que cada trabalhador perceba a totalidade das áreas necessárias ao bom funcionamento da empresa; compreenda a necessidade da especialização do trabalho sem perder a noção e a clareza do todo e saiba que é preciso buscar o conhecimento alheio ao empreendimento sempre que for necessário.

Não são apenas as universidades as instituições capazes de atender a tais exigências. Muitas das agências ligadas à economia solidária – Anteag, ADS-CUT,

¹² Talvez não fosse mesmo desejável isto, uma vez que a dinâmica do programa exige um tipo de postura desalienada que nem sempre é compatível com a estrutura burocrática do funcionalismo público. Ainda assim, isto deve ser objeto de avaliação dos dirigentes.

Cáritas etc. – já há tempo compreenderam esta necessidade e compuseram seus corpos técnicos para atender suas demandas específicas. E todas elas, certamente, tiveram alguma inspiração do MST, que fez isto ainda na década de 80.

5. UMA METODOLOGIA APURADA

A metodologia de incubação de cooperativas populares, por outro lado, já é algo experimentado tecnicamente por várias universidades¹³ e por algumas incubadoras de prefeituras municipais, como é o caso de Santo André.

Entretanto, os resultados mais expressivos foram alcançados a partir de uma metodologia que (1) estabelece fases diferenciadas de incubação, (2) trata o processo como ação continuada e (3) incorpora em seu modo de operação os princípios e métodos da educação popular de jovens e adultos. As características principais dessa metodologia específica, e que consideramos a mais adequada, são as seguintes:

- a ação de incubação ocorre no lugar de origem da cooperativa, desde o início até o final;
- na primeira fase (aproximação), a incubadora avalia as condições subjetivas de funcionamento do grupo e a viabilidade econômica dos negócios sugeridos, além de trabalhar internamente o grupo em função dos limites e das possibilidades das iniciativas;
- na segunda fase (estruturação), um corpo de técnicos da incubadora¹⁴ trabalha diretamente junto ao empreendimento, prestando assessoria nas áreas necessárias à sua regularização e início de funcionamento;

¹³ A Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho, abriga o Programa “Rede de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares”, da qual fazem parte 15 incubadoras de universidades do Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Os resultados mais expressivos, em número de incubações, são da UFRJ, USP, UFC e Unisinos. Além disso, como já foi citado, a incubadora da UCPel realiza um projeto piloto em parceria com a Anteag. Entretanto, não há uma metodologia unificada, há problemas de articulação interna e os resultados são dispares entre as incubadoras.

¹⁴ No caso das incubadoras universitárias, a composição desse corpo de técnicos varia conforme cada incubadora. Em algumas, ele é formado por técnicos contratados pelo projeto e em outras é composto por estudantes-estagiários. As equipes da UCPel, por exemplo, são compostas por estudantes dos cursos de administração, contabilidade, direito, relações públicas, serviço social,

- na terceira fase (formação), o mesmo corpo de técnicos organiza cursos em que as áreas de conhecimento envolvidas na incubação são objeto de discussão em seus conceitos e procedimentos;
- na quarta fase (desincubação), os técnicos se distanciam paulatinamente do empreendimento, prestando apenas consultorias pontuais para os empreendimentos, até sua definitiva “graduação”;
- as áreas de conhecimento envolvidas no processo são as mesmas citadas mais acima (ver “As agências executoras”).

6. O FINANCIAMENTO DO PROGRAMA

Logicamente, a contratação de equipes técnicas por parte das entidades executoras exige dispêndio em recursos humanos e no seu treinamento. Além disso, o sistema de bolsas oferecidas aos treinandos, utilizado pela SDTS/SP, por exemplo, significa um aporte importante de recursos, sobretudo quando os empreendimentos ainda não estão estruturados e seus participantes necessitam subsistir enquanto realizam sua preparação.

Não nos parece, porém, que a alteração de método proposta possa redundar diretamente em acréscimo de custos no programa, embora certamente seus resultados fossem superiores. Cada equipe de técnicos (6 a 8), se bem coordenada e atendendo empreendimentos geograficamente próximos, pode atender de 5 a 7 cooperativas, atuando em jornada de dois turnos.

Seria possível que os próprios rendimentos das cooperativas participassem, em alguma medida, do financiamento da incubação a partir de alguma das fases propostas, e à medida que uma determinada margem de faturamento permita. Isto só é possível, é claro, às iniciativas que já houverem concluído sua incubação e que possam contribuir com o programa sem afetar seu ponto de equilíbrio econômico.

Mas o mais importante é compararmos os custos de um programa hipotético como este em relação aos investimentos e resultados de programas como o

psicologia, pedagogia e da área técnica do ramo da cooperativa (ecologia, ou engenharia, ou farmácia e bioquímica etc.).

Planfor/FAT, que despende cerca de R\$ 500 milhões por ano em treinamentos e que tem sido objeto de crítica permanente de todos os avaliadores responsáveis.

Da mesma forma, podemos comparar os custos de incubação de cooperativas com os custos das incubadoras de empresas, cujas empresas, segundo os dados da própria Anprotec (Associação Nacional de Programas de Incubação Tecnológica de Empresas), geram em média 4 (quatro) empregos.

Os recursos para um programa de incubação em escala efetiva só podem ser considerados “caros” se não se levar em consideração seus resultados em comparação a outros programas de combate ao desemprego. Ou, em outras palavras: isto depende da coragem dos governos em afirmar a economia solidária como alternativa real e válida para o desemprego.

7. AS AÇÕES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS DE APOIO

Um conjunto de subprogramas pode e deve ser agregado ao programa-eixo de incubação, multiplicando as potencialidades de sucesso. Algumas sugestões:

- a. Espaço físico de incubação – é possível, dependendo das características dos empreendimentos, que um mesmo galpão possa abrigar várias cooperativas; o mais importante, porém, é que se dê acesso a um endereço fixo para as cooperativas a fim de que possam operar legal e regularmente, o que pode ser obtido a partir de uma simples salinha num espaço comum qualquer.
- b. Escritório unitário de apoio e fomento – é possível também a estruturação de escritórios comuns que tratem da infra-estrutura mais pesada de funcionamento das cooperativas: acesso a crédito, estrutura de vendas, marketing, encaminhamento de projetos de pesquisa tecnológica a universidades, instituições de pesquisa etc.
- c. Redes e espaços físicos de comercialização – “lojas” ou “shoppings” da economia solidária, como o de Santa Maria (RS).

- d. Articulação econômica das iniciativas – organização de *clusters* e de redes de negócio, articulação de compras coletivas intercooperativas; formação de *cluster* e encadeamento de cadeias produtivas; informatização das iniciativas; instituição de “selos de qualidade” e de autenticidade dos produtos da economia solidária; contatos para exportação etc. etc.
- e. Ações institucionais combinadas entre governo e iniciativas – no sentido de produzir alterações legislativas e de estrutura do executivo em relação à economia solidária.

8. AS AVALIAÇÕES

Por fim, a dinâmica de avaliação dos programas deve ser repensada longe da metodologia de avaliação que vem sendo empregada recorrentemente pelos governos da União Européia e adotados como modelo pelo Brasil após o advento do atual governo.

A existência de um comitê gestor, como o empregado pela SDTS/SP pode alterar esse quadro, à medida que seus vários segmentos obtenham os recursos necessários para a realização de vários projetos de avaliação, enfocados conforme suas expectativas em relação ao programa e que sirvam exclusivamente como dados auxiliares, já que a avaliação do programa deve ser essencialmente política, realizada permanentemente pelos gestores.

Conclusão

Políticas públicas de apoio à economia solidária são fundamentais. Elas são uma conquista do movimento social da economia solidária, que é a outra face do fenômeno econômico.

As experiências realizadas até o momento são de excepcional valia, mas já não são inovadoras e eventualmente cometem erros que poderiam ser evitados se o debate sobre o tema não fosse tão severamente discriminado no interior de governos, sindicatos e universidades.

Independentemente do caráter estratégico de cada programa, as iniciativas – que são em si as pessoas que as compõem – merecem a chance de sobreviver, elevando a qualidade de vida de seus participantes. Portanto, as políticas públicas para o setor devem ser compostas com a seriedade técnica e os recursos necessários que a situação exige, igualando os programas de governo que são “realmente levados a sério”, como por exemplo programas de exportação, de qualidade empresarial ou de incubadoras empresariais.

Se o que falta aos empreendimentos de economia solidária – além da necessária estrutura de capital, é claro – é qualificação técnica, esta deve ser pensada a partir da situação específica do seu público alvo, que é distinta da cultura da escola formal, que é típica das classes sociais abastadas. Experiências a esse respeito já existem. Várias aliás. Mas precisam ser difundidas, avaliadas e implementadas adaptadamente a cada realidade.

Por fim, é sempre necessário lembrar que tudo é processo, que tudo é aprendizado e que o melhor debate é aquele em que todos ganham.

Como inspiração final, podemos dizer que na conjuntura em que vivemos, as palavras de Vladimir Maiakovski podem soar quase como um hino para todos aqueles que apostam na economia solidária:

“Que os meus ideais sejam tanto mais fortes quanto maiores forem os desafios, mesmo que precise transpor obstáculos aparentemente intransponíveis. Porque metade de mim é feita de sonhos e a outra metade é de lutas.”

V.M

Bibliografia

- ADS-CUT. **Sindicalismo e Economia Solidária**. SP: Central Única dos Trabalhadores, 1999.
- ANTEAG. **Autogestão – Construindo uma Nova Cultura nas Relações de Trabalho**. São Paulo: Anteag, 2000.
- ARVON, Henri. **Que sais-je? L’Autogestion**. Paris: Presses Universitaires, 1980.
- AZEVEDO, Regina. **A Produção Não Capitalista – uma Discussão Teórica**. Porto Alegre: FEE, 1985.
- CORAGGIO, José. *“El trabajo desde la perspectiva de la Economía Popular”*. In: **Economía Popular: una nueva perspectiva para el desarrollo local**. Programa de Desarrollo Local, Catillas. San Miguel (Argentina): Instituto Conurbano-UNGS, 1998. Internet: <http://www.fronesis.org/public2.htm>
- CRUZ, Antonio *et alii*. **Uma experiência de construção de incubadora de cooperativas populares em uma universidade privada no Brasil**. Comunicação à 2ª Conferência da Work and Labour Network. Rio de Janeiro: 2000.
- DAL RI, Neusa *et alii*. **Economia Solidária**. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.
- GAIGER, L. I.; BESSON, M.; LARA, F. e SOMMER, I. **A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas**. Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura, n.º 15. São Leopoldo: Unisinos, 1999.
- GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. **Estratégia de Desenvolvimento Econômico**. Porto Alegre: Governo do Rio Grande do Sul, 2000.
- GUIMARÃES, Gonçalo *et alii*. **Integrar Cooperativas**. São Paulo: CUT/Unitrabalho, 1999.
- GUIMARÃES, Gonçalo *et alii*. **Sindicalismo e Cooperativismo – A Economia Solidária em Debate**. São Paulo: Unitrabalho, 2000.

- MORAES, Carmem Sylvia *et alii*. **Diagnóstico da Formação Profissional – Ramos Metalúrgico**. SP: CNM-CUT/Unitrabalho, 1999.
- PINHO, Diva Benevides. **Economia Informal, Tecnologia Apropriada e Associativismo**. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO / SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO, DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE. **Programa Oportunidade Solidária – Soluções para o Cidadão**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo: 2001.
- SIMÃO, Vilma. **Desemprego e Sobrevivência – Alternativas de Trabalho**. Blumenau: Edifurb, 2000.
- SINGER, Paul. *Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo*. In: **Proposta – Revista Trimestral de Debates**. São Paulo: FASE, 1997.
- SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego – Diagnóstico e Alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo (orgs.) *et alii*. **A Economia Solidária no Brasil – A Autogestão como Resposta ao Desemprego**. SP: Contexto, 2000.
- SAUL, Ana Maria *et alii*. **Avaliação do PLANFOR: uma Política Pública de Educação Profissional em Debate**. SP: Unitrabalho, 1999.